

A ÉTICA NA EMPRESA UMA PROPOSTA DE REFLEÇÃO

Sebastião Antonio da Silva Neto

*Professor de Filosofia da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
e da Faculdade de Comunicação Social "Cásper Libero"*

1 – Âguisa de introdução

É a empresa o espaço, o território em que transitam seus agentes, marcados por suas relações intersubjetivas. Daí é que nos resultaram instigantes e preocupantes indagações da ética, objeto de nossa pesquisa e do presente tema. Claro que muitas respostas tivemos. Outras questões permanecem obscuras, tangendo o pesquisador para, mais e mais, devassar tão amplo e largo território.

A empresa é microcosmo do macrocosmo, que é a sociedade. Os homens, no convívio social, para ordeira e pacificamente viverem, impõe-se lhes um prescritivo conjunto de normas. Daí é que, por igual, resulta a imposição de preceitos que definem o que é permitido e proibido, justo e injusto, lícito e ilícito, certo e errado aos agentes das organizações. Ao arrolar obrigações, fins e responsabilidades, suas normas são prescrições que determinam decisões e moldam ações dos agentes.

Impõe-se, de princípio, clarificar os conceitos de ética e moral porque diferentes. A ética é de natureza teórica, abstrata e formal. Insere-se no mesmo plano das chamadas disciplinas sistemáticas, tais como "Sociologia, Psicologia produzindo conceitos, definições abstratas. A moral possui base histórica. Cada povo, nação ou classe possui sua moral. A moral tem caráter de aplicabilidade, é operacionalizável no comportamento singular de cada grupo de indivíduos. A cada moral corresponde uma ética. Esta é, por assim dizer, assessora da moral.

É claro que diferenças de natureza entre ética e moral não ficam bem nesta introdução, entretanto, nada obsta que tais dúvidas sejam "in limine" esclarecidas, permitindo-nos no corpo do trabalho, voltarmos ao item com maior profundidade.

2 – Desenvolvimento

2.1 – Preliminares conceituais

"Entronca-se a ética na filosofia. Aliás, "A antiga filosofia grega dividia-se em três ciências: a física, a ética e a lógica" ¹.

Como disciplina teórica, a ética (termo que vem do grego *ethos*: costume social ou caráter individual) sempre fez parte da filosofia e seu objeto de estudo é o dever fazer, a melhor forma de agir coletivamente. Trata-se de um discurso racional de caráter especulativo. Esta-

¹ KANT, 1967:29

belece princípios constantes universalmente válidos de valorização e de condução da vida. “Define o bem moral como o ideal do melhor agir ou do melhor ser”².

“O termo moral vem do latim *mos-moris* (costume). Refere-se aos usos e costumes tradicionais de uma sociedade e, mesmo que assumam um caráter sagrado, consistem em obrigações sociais e, portanto, históricas. As distinções que fazemos entre ética e moral decorrem da evolução sofrida por esses conceitos ao longo do tempo”³.

Hoje, com o advento dos tempos modernos e, com a imperiosa necessidade de respostas comportamentais a conjunturas e circunstâncias que impelem o homem a agir, reclama-se, neste campo, uma nova disciplina. Trata-se da chamada ética científica. Sua elaboração e construção funda-se no relativismo cultural.

Tal ética define o bem ou o mal, a virtude e o vício, a partir de seus fundamentos sociais e históricos. É de base empírica, investigando e explicando a razão de ser da pluralidade. É um discurso justificativo das moralidades singulares que as coletividades praticam.

Há nela duas abordagens: uma prescritiva e normativa, de cunho filosófico ou teológico, que se esforça em apreender uma moral universal, anistórica cujos princípios eternos deveriam inspirar os homens, inobstante, as contingências de lugar e de tempo; e outra descritiva e explicativa, de cunho científico, que centra sua atenção no conhecimento antropológico ou sociológico da diversidade cultural, e resgata as diversas morais e as inúmeras moralidades que a humanidade conheceu e conhece.

Tal concepção desta nova ética trata-se de um discurso persuasivo de acomodação de concepções e valores cultivados por determinada sociedade. Esclarece o exemplo: antes da Reforma Protestante, proibia-se às pessoas o acúmulo do lucro, resultante este de qualquer atividade. Todo sobreproduto do trabalho devia ser entregue à Igreja que o redistribuía às camadas carentes da população, assistindo-a na saúde, habitação, roupas, comidas etc. Era proibido o lucro nesses tempos. E mais, nada se discutia, e o povo de tudo se persuadia e praticava. Vê-se que tal ética histórica fundava-se na ideologia religiosa católica, ou seja, na moral cristã medieval.

Veja-se que tal ética vai mudar, ou pelo menos, por algum tempo, coexistirá com outra ética, qual seja a Calvinista (protestante) que legitimava (e legítima) a acumulação de riqueza e a obtenção do lucro.

Com o advento do Capitalismo, este é colocado no centro do conflito, ou seja, entre uma ética que desestimula o trabalho porque não incentiva o lucro; e a ética protestante que estimula o trabalho e, por conseguinte, incentiva o lucro.

É, portanto, a partir da configuração de uma ética da prosperidade que aparecerão circunstâncias que propiciam tentações: riqueza, poder, fama, posição, prestígio, sexo, vícios que surgirão as morais modernas e contemporâneas.

Tais morais são carregadas de um discurso justificativo e este é que faz com que os homens conciliem, ou se reconciliem, com seus conflitos de consciência e, passem sem

² SROUR, 1998:271

³ SROUR, 1998:309

escrúpulos a perseguir a ética da prosperidade.

Tais morais começaram sua vigência a partir do momento que o homem foi capaz de “vencer” a si próprio e cometer mentiras piedosas, inocentes ou inofensivas. Rompeu-se, assim, um mundo todo cheio de escrúpulos, de tribunais que afligiam as consciências e passou-se a ter uma nova figura de homem - menos conflituoso, cometendo, inicialmente, pequenos deslizes. Este mundo que começa com este novo perfil, cremos nós, seria creditado à influência jesuítica das famosas “restrições mentais” que justificam a retenção de uma parte da verdade aos fiéis considerados imaturos ou despreparados. Disto, um passo para se passar do inocente, inofensivo, do simples deslize ao grave, ao descabro, ao desonesto e, este ser justificado também como correto.

Esta ética científica é a que “equaciona” interesses individuais e responsabilidade social. É a ética que responde a esta indagação: como ser ético num mundo em que se confrontam valores e fins que, por sua própria pluralidade, sustentam a irracionalidade ética do mundo?

Do presente exame, resulta que as variadas morais das sociedades humanas, dinâmicas no tempo, vinculam-se diretamente a ideologias religiosas, políticas e econômicas.

3 – Universalismo e particularismos

Qual é a realidade que encontramos hoje em dia? Começemos com as palavras de Sérgio Paulo Rouanet que assim se expressa: “vivemos numa época dominada cada vez mais pelos diversos particularismos, que negam a existência de verdades universais ou de uma moralidade universal”⁴.

Tal afirmativa nos enseja a pensar num mundo marcado por dois grandes campos de moral: um campo moral que já se foi e que é puramente folclórico. Refiro-me à Moral deontológica (Kantiana) cujo fundamento é a prática do dever pelo dever, da lei pela lei. Moral baseada na razão universal e cuja função é ditar a razão à vontade a lei moral. Trata-se do “imperativo categórico” que se expressa: “deves sempre obedecer à lei pela lei e não por outra razão”⁵.

“É fato que toda moral palpita no coração de uma ideologia e, de maneira aparentemente paradoxal, reivindica um caráter universalista. Ocorre que, a despeito disso tudo, as morais correspondem a perspectivas particularistas-classista, estamental, corporativa, ética, racial, sexual, organizacional, paroquial, familiar, individual”⁶.

Tais morais acima citadas que se inscrevem com a designação de morais teleológicas porque se fundam no bem como fim, são as que, basicamente, compõem o mundo contemporâneo, eis que procuram fazer a conciliação da consciência com o mundo em que ora vivemos.

No bojo da questão, depara-se, então, com a tensão sempre permanente entre diversas morais, que coexistem num mesmo espaço social, mantendo sempre à tona a questão ética. Assim, qual das morais deve prevalecer: a do plano macrosocial ou a do plano microssocial?

No caso da empresa, pode ou não ela esforçar-se para adotar a moral dominante. Mas,

⁴ ROUANET, 1997:153

⁵ KANT, 1964:87

⁶ SROUR, 1998:277

dentro de seus limites, ela normalmente se empenha em conquistar as consciências de seus membros, sem o que ficaria a braços com a possível rebeldia deles. Aí, as dúvidas: a quem tais agentes devem lealdade? À organização em que trabalham ou militam, aos clientes ou a si mesmos? Como tornar compatíveis interesses tão diversos e definir-se prioritariamente?

A reflexão ética enfrenta tantos e tão intrincados dilemas. Citem-se os exemplos do advogado, do promotor público, do editor de revista ou jornal, do publicitário. O advogado não escolhe seu cliente porque ele fala a verdade ou aparenta ser inocente, mas porque, como cidadão, possui direitos que devem ser protegidos. Com quem está comprometido o promotor? Com a vítima ou com a verdade? E o juiz? Com a sociedade como um todo, jungido que está ao cumprimento da lei e à realização da justiça. Tais preceitos, entretanto, nem sempre são observados. Daí, o descrédito que recai, muitas vezes, sobre os tribunais. E, no caso do editor, seu compromisso é com quem? Com os consumidores ou com a empresa que encomendou a campanha?

Vê-se que estamos frente a profundas ambigüidades, e é neste mundo que se tem de viver com um mínimo de paz na consciência.

Como já se falou que a ética do dever, a ética da convicção, a ética absoluta, a ética do “tudo ou nada” já se foi, permanece hoje o pluralismo ético, ou seja, as éticas teleológicas que têm a máxima expressão no utilitarismo, e que hoje vêm cunhadas com o nome de ética da responsabilidade. Em tal ética, ou melhor, éticas, eminentemente políticas ou voltadas para a ação, estão comprometidas com o futuro e se responsabilizam pelo futuro. Para tais éticas, a máxima é: “fundamentais são os resultados.”

Na ética deontológica, da convicção, privilegia-se a relação entre normas morais e valores. Sua máxima é o cumprimento do dever. Simetricamente, a ética da responsabilidade, teleológica que é, privilegia a relação entre meios e fins, e deixa margem para que meios ilícitos possam ser usados. Vejamos, a seguir, exemplos de tais éticas:

Fala-se hoje do número e da gravidade de violações éticas. Violações éticas, tanto nos círculos íntimos do poder quanto no seio da sociedade em geral. E, o homem sempre fez, tanto numa esfera quanto noutra, por ocultar, por esconder o que fere a lei, a justiça, a consciência. Se hoje sabemos das profundas infringências éticas, deve-se à especialização e expansão dos meios de comunicação.

No passado, considere-se, também, isto: os Estados e Nações eram governados por sistemas autoritários que impunham aos homens suas mudanças. A partir, porém, da década de 80 deste século, a mídia ocidental libertou-se das peias e das amarras políticas e se vinculou a movimentos sociais e a outras entidades da sociedade civil.

Assim, viemos a saber de fatos nacionais e internacionais que, de princípio, surpreenderam-nos porque antes eram ocultados.

Na França, em meados dos anos 90, prenderam-se dezenas de empresários, altos gestores políticos, acusados de suborno em contratos públicos, uso indevido de fundos e falsificação de contas, malversação de dinheiro público, quebra de confiança, escuta telefônica, sonegação de impostos etc.

Na Itália, centenas de oficiais do Exército foram também acusados de terem recebido propinas em contratos para fornecimento de alimentos e vestimentas.

Fato notório: dois gigantes da indústria automobilística, a General Motors, norte-americana e a Volkswagen alemã engalfinharam-se, em 1993, em longa batalha judicial, por causa da contratação de José Ignacio López de Arriortúa pela Volkswagen, acusado pela GM de ter-se apropriado de segredos industriais (projetos de um motor diesel e de um novo carro da Opel).

Fato, porém, de que tivemos ampla informação foi a Operação Mãos Limpas deflagrada por juízes anticorrupção na Itália contra importantes empresários e servidores públicos. Aqui, no Brasil, houve, pelo menos, um membro, servidor público do Ministério Público estadual que, tendo como plataforma política a “Operação Mãos Limpas” à brasileira, elegeu-se deputado estadual por São Paulo. Trata-se do deputado Dráusio Gabriel Barreto, colega do autor desta monografia, na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

Também, amplamente, divulgado o caso do irmão do ex-presidente Salinas, do México, Raúl, que, não só foi acusado de acumular uma riqueza ilícita, enquanto esteve no governo, nas décadas de 70 e 80, mas também foi preso por ter arquitetado um assassinato político.

Merecem registro, no Brasil, dois fatos: os donos e os altos executivos do Banco Nacional foram indiciados em 1996 por fraudes cometidas nos últimos dez anos. Estas alcançaram a espantosa cifra de 5,3 bilhões de dólares. E o presidente da República, Fernando Collor, sofreu um “impeachment” em 1992, diante de fortes suspeitas de que se beneficiou de ampla e intrincada rede de favorecimentos e corrupção.

Diante destes fatos (pinçados apenas alguns), a opinião pública vem-se amadurecendo e considerando como atitudes imorais e profundamente antiéticas as seguintes:

- Dívidas fiscais fraudadas, evasões fiscais ou de divisas;
- Propinas desembolsadas envolvendo altas autoridades e empresários para obter contratos internacionais ou projetos governamentais;
- Tráfico de informações privilegiadas e espionagem industrial;
- Pirataria intelectual de bens simbólicos que a era digital facilita em larga escala;
- Ataques de hackers (especialistas que penetram nos sistemas de computação) a empresas privadas ou a instituições públicas, acarretando pesadas perdas;
- Fraudes nos pesos e nas medidas dos produtos vendidos;
- Subornos nas licitações públicas;
- “Doações” de empresas ou financiamentos ilícitos e políticos em campanha eleitoral;
- Lavagem de dinheiro proveniente de operações ilegais;
- Subornos a juizes, fiscais, policiais;
- Contrabandos de produtos eletrônicos, armas etc.

Observe-se que tal relação não é exaustiva. É meramente exemplificativa. Estender-se-ia a muito mais.

Antes, porém, de finalizar este capítulo, em forma de apêndice, é bom que dissertemos sobre o que é bastante constatável, ou seja, a duplicidade moral e, no Brasil, a “moral do jeitinho”, que é pródiga nos nossos costumes, e já, estudada pela literatura do gênero.

É o egoísmo ético, melhor dizendo, antiético que campeia. “Nos países latinos e, em particular, no Brasil, observa-se uma dupla moral social: uma moral da integridade, que é a moralidade oficial, edificante e convencional, compondo uma retórica pública que se difunde nas escolas, nas igrejas, nos tribunais e na mídia; e uma moral do oportunismo, que é a moral oficiosa, pragmática e dissimulada, furtivamente praticada como ação entre amigos, e muitas vezes, celebrada pela “esperteza” de seus procedimentos” (grifos nossos)⁷.

A moral da integridade caracteriza-se pela honra, pela probidade. É deontológica. Praticada pelos escrupulosos, na conduta pelos severos e austeros, no cumprimento do dever, do respeito às normas vigentes. A moral do oportunismo tem, por sua vez, caráter interesseiro. Repousa na complacência diante das transgressões às normas. Segue-se a famosa “lei de Gérson”: obter vantagem em tudo. Trata-se de moral teleológica, ou seja, funda-se na conquista de um bem (ainda que seja a qualquer preço).

São valores da Moral da integridade: a honestidade, a lealdade, o compromisso com a retidão, à verdade e à legalização. Tais virtudes desenham o perfil do homem de caráter: confiável, decente, digno, cumpridor de suas obrigações, fiel à palavra empenhada, virtuoso, inflexível na preservação dos valores consagrados.

São características da Moral do oportunismo: o cinismo, o jeitinho, o calote, a falta de escrúpulos, o desprezo irresponsável pelas conseqüências dos atos praticados, o vale-tudo, o engodo, a trapaça, a exaltação da malandragem (ao gosto de Macunaíma, o “herói sem caráter”), o fisiologismo, a bajulice. Tal moral valoriza o enriquecimento rápido e o egoísmo, consagra a esperteza e acredita que o proveito pessoal move o mundo.

No Brasil, a Moral do oportunismo opera sob a égide do jeito - prática paralegal utilizada para contornar o excesso de burocracia e de regulamentações através da “quebra do galho”. O jeito desfruta de conotação positiva. Legitima-se na consciência popular como mecanismo de adaptação às situações perversas e intrincadas da sociedade.

No Brasil, o jeito não está em extinção; permanece vivo e multiplica sua presença nos mais variados espaços. Não se confunde este com o favor. Quem recebe um favor, fica em dívida e deve retribuir e não envolve transgressão a alguma norma. Também o jeitinho não corresponde à corrupção. A corrupção demanda sempre uma considerável propina (comissão, caixinha, por fora) para que regras preestabelecidas sejam quebradas em proveito do corruptor. Assim, há uma gradação entre: jeito, favor e corrupção. Porém, muita gente não possui esta hierarquia. Aqui se confunde a Moral do oportunismo com desregramento.

Por fim, falando-se de duplicidade moral, há que ressaltar a Moral protestante, que é o mundo do sucesso pessoal (elitista, excludente e individualista) e uma moral da salvação e do dever (paternalista, assistencialista e altruísta, de base católica).

⁷ SROUR, 1998:286

É bom lembrar, todavia que, no tocante à aquisição de bens, acabou prevalecendo nos países católicos uma dupla moral. Embora as encíclicas papais condenassem o enriquecimento na Idade Média, certas ordens religiosas recebiam autorização para dar empréstimos e para cobrar juros, e católicos leigos obtinham permissões para se dedicar aos tráfico negreiro e às operações bancárias. A tributação papal, também, assumiu uma grande variedade de formas no século XVI, e tornou-se odiosa- vintém de Pedro, dízimo, indulgências, dispensas, venda de cargos eclesiásticos etc”⁸.

Com o Mercantilismo, Industrialização e ascensão do Capitalismo, a ética se transfere do terreno religioso para o econômico, isto é, hoje, a ética está entre o dirigismo estatal e o liberalismo econômico, prevalecendo o “laissez-faire” do mercado.

4 – Ética e negócios repugnam?

Parece que os termos ética e negócios não se conjugam. A bem da verdade, no Brasil, preceitos filosóficos, religiosos, éticos, neste campo dos negócios, só atrapalham. Entretanto, gestores de empresas que decidem por determinadas ações não há como fugir às suas conseqüências e têm que responder hoje a indagações, tais como:

- O que afeta o meio ambiente?
- Que efeitos colaterais os produtos geram nos consumidores?
- Como as políticas corporativas atingem empregados e clientes?
- Quem se beneficia e quem sai prejudicado?

No mundo atual, os negócios não se assemelham mais aos empreendimentos corsários da época mercantilista, que consistiam em atacar, pilhar e dividir o butim com respaldo de uma Coroa cobiçosa. Claro que não faltam hoje empresários inescrupulosos.

O que acontece hoje quando produtos deixam de ser confiáveis? Não são mais adquiridos.

As atividades das empresas hoje não pairam acima do bem e do mal. É preciso convencionar um código de honra que ligue as empresas a seus funcionários. Não há mais como desvincular moral e interesses empresariais, ou moral e pressões operadas pela sociedade civil. Da empresa importam mais suas conseqüências que sua moral. Assim, a moral da empresa é a moral social, isto é, da sociedade. A empresa que não se insere com seu estatuto moral nas exigências da sociedade será empresa falida. Por causa disso, ao se instaurar as empresas, e durante toda sua vigência, as empresas, a todo tempo, têm que indagar e responder:

- é legal e moral fabricar detergentes biodegradáveis;
- é legal e moral produzir pesticidas ou filmes pornográficos;
- é legal e moral jogar no jogo do bicho;
- é legal e moral o tráfico de drogas;

⁸ BURNS, 1961:459

Vê-se, assim, que, hoje, a ética, por vezes, é sozinha e, por vezes, vem combinada com a lei. Assim, jogar no bicho é ilegal, porém é moral. É legal e moral fabricar detergentes biodegradáveis. Legal, porém imoral, produzir certos pesticidas ou filmes pornográficos. Ilegal e imoral praticar o tráfico de drogas.

Por outro lado, o que é moral para a opinião pública, pode não sê-lo para setores sociais específicos; o que é imoral para o discurso social comum, pode não sê-lo para alguns segmentos sociais. A moral está, pois, nos interesses em jogo.

Por isso, as empresas para sobreviver têm que possuir sintonia fina, possuírem “feeling”, noutras palavras, para terem sucesso, têm que dançar conforme a música. Se não, soçobram. E qual a razão de ser da necessidade da reflexão ética para as empresas?

Resposta: como as contrapartes da empresa (clientes, fornecedores, sociedade em geral) dispõem de certa soma de poder, elas podem se mobilizar e retaliar empresas que desrespeitar normas básicas do trato com o público. Assim, as empresas agem em conformidade com a moral socialmente dominante. Isto porque as relações que amarram empresas e contrapartes são relações de poder.

Reconhecer isto significa para as empresas um passo decisivo para sua saúde. Isto implica, muitas vezes, abandonar a “maximização do lucro” em benefício do “lucro com responsabilidade social.” Em suma, as empresas não mais desempenham apenas uma função econômica, mas também uma função ética. Ainda que seja uma ética teleológica, uma ética hipotética (se queres isto, faze aquilo).

Pelo visto, então, as empresas não são autônomas? É quase isso, isto é, as empresas possuem pouca autonomia, jungidas que estão a múltiplas exigências de sua responsabilidade social para com clientes e fornecedores; para com a produção com qualidade; para com contribuições para o desenvolvimento da comunidade; para com investimentos em pesquisas tecnológicas; para com a conservação do meio ambiente através de intervenções não predatórias; para com a participação dos trabalhadores nos resultados e até nas decisões; para com respeito aos direitos dos cidadãos. Como se vê, sua agenda para com a responsabilidade social, não é pequena. É, no cumprimento de suas responsabilidades sociais, que pode estar o seu sucesso.

4.1 – Para que serve a ética?

O bom hoje é que todo agente social pode ser responsabilizado por seus atos. Subjacentemente, a cada posição tomada há uma ideologia e remete a interesses envolvidos. Neste campo, há prodigalidade de exemplos. Na publicidade, o que deve ser veiculado: o ponto de vista dos vendedores ou dos compradores? O que a publicidade deve fazer: incitar os clientes a comprar produtos com alto ou baixo colesterol? Que faixa etária deve atingir a publicidade da cerveja? O que é o certo ou o errado? Que posição tomar? O que é moral para uns, não é para outros.

Na guerra do Vietnã, o famoso e ruidoso caso da bomba de napalm. Para os EUA, o lançamento de tais bombas era legítimo, moral, embora à margem da Convenção de Genebra. Para os vietcongs, imoral. O fato é que, durante o conflito, a Dow Chemical, produtora da bomba, sofreu piquetes e foi boicotada pelos opositores da guerra. Houve indignação e protestos por seus deletérios resultados.

Disto se teve a assinatura de protocolo internacional contra a guerra química e biológica.

Hoje em dia, a repressão à liberdade de pensamento nos horroriza. Vê-se que a moral está em permanente ebulição: vai se redefinindo tendo em conta os interesses em primazia.

Os pesticidas, os cigarros, o álcool já foram estigmatizados pela opinião pública. Permanecem polêmicos a legalização do aborto, a descriminalização do adultério, da eutanásia e do consumo de drogas. As decisões éticas são do campo social e as empresas acolhem ou não, sabendo, de antemão, que nesta escolha, está seu sucesso ou fracasso.

5 – A Ética do nosso tempo (primazia da moral do sucesso)

Referimo-nos já às morais abrigadas pelas ideologias econômicas. As de caráter deontológico, que são duas: a moral do sucesso, que corresponde ao Neoliberalismo; e a moral comunitária, que corresponde ao Socialismo e ao Anarquismo.

As morais de caráter teleológico também são duas: a moral da felicidade, cultivada pelo social-liberalismo; e a moral da unicidade, que inspira o estatismo totalitário. Todas, embora defendendo objetivos, muitas vezes, comuns, caminham em sentido oposto. Prevalece, assim, o pluralismo ético. Dentre essas morais e outras menores que compõem o campo do pluralismo ético, avulta a moral do sucesso, do Neoliberalismo, que parece mais permeiar os atos e comportamentos dos homens contemporâneos.

De onde vem a moral do sucesso? Tem suas raízes na era moderna. É a ética do trabalho e é de origem protestante. Lutero entendia o trabalho como dever (deontológico) e Calvino interpretava o sucesso pelo trabalho como sinal de eleição por Deus. Assim, preocupavam-se tanto com a própria salvação que o sucesso os impelia a trabalhar cada vez mais para provar a si mesmos que haviam sido eleitos por Deus. Assim, o crente obrigava-se a trabalhar “para a maior glória de Deus.” Rejeitava toda autoridade do Estado sobre as consciências individuais. O código da moral do sucesso baseava-se nos princípios da poupança, da autodisciplina, do trabalho duro e da persistência.

Assim, o sucesso no mundo dos negócios conferia ao indivíduo uma espécie de passaporte para o estado de graça, já que Deus teria olhado com benevolência para seus esforços e realizações. Não nos esqueçamos de que a maior nação do Planeta se construiu sob o beneplácito desta ética, e que, no seu dinheiro, faz questão de ostentar o “in God we trust”, isto é, Deus abençoando pelo trabalho a prosperidade do homem.

Entretanto, tal ética, com o advento da modernidade e, especialmente, da contemporaneidade tem variado muito.

Tal ética, hoje, embora continue se inspirando na sua fonte originária, ou seja, “ética do trabalho”, ela não mais enfatiza a frugalidade, a vida austera, a acumulação de riquezas destinadas ao reinvestimento. “Ao contrário, a moral do sucesso cultua a prosperidade e o consumo, exalta as recompensas materiais e seu gozo, despreza os “vencidos pela vida” (um certo Darwinismo social) - esses irremediáveis perdedores que carregam os sinais da condenação

eterna. Acentua as ambições individuais e a realização pessoal, repousa na vontade de distinguir-se da multidão e legitima a boa fortuna, fazendo dela seu discurso maior”⁹.

Contemporaneamente, tal ética, de suas origens, só conservou o valor do trabalho. Apagou-se, quase por completo, sua origem religiosa. Laicizou-se a sociedade. Patrocinada esta pelos meios de comunicação cujo objetivo maior é seduzir os consumidores, tal ética enfatiza a competição, a acumulação de bens e dinheiro. Exalta a realização pessoal e o sucesso, por vezes, a qualquer preço.

Perde, assim, o trabalho seu caráter sagrado e se converte em mercadoria como qualquer outra, produto à venda.

Tal é o espírito do homem contemporâneo, a ética predominante que perpassa usos, costumes, atos e comportamentos dos que trabalham nas empresas, organizações.

6 – Conclusão

Nestas palavras finais sobre ética, lembremo-nos de Aristóteles, quando diz: “Todos concordam em que o fim último é a felicidade; mas discordam quanto à sua essência”¹⁰.

Explica-se, pois, o pluralismo ético, ao qual devemos respeitar. E é o que, invariavelmente, não se faz. A ética dominante, por violência implícita ou explícita, impõe aos homens seu estatuto. Contemporaneamente, tal objetivo se conquista com a força e o poder das ideologias.

Muitas vezes, ou quase sempre, os homens, para conseguirem seus objetivos, que acreditem ser sua felicidade, dominam seus semelhantes pela força, raras vezes, pela persuasão.

É deste comportamento, quase sempre egoísta de uma minoria que resultam as multifacetadas desigualdades - que é a marca da humanidade deste século. E, à medida que se intensificam as ambições dos homens pelo lucro, pelas riquezas, por parte de uma elite, mais e mais, abissalmente, cresce o fosso que separa os pobres dos ricos.

E, de novo, lembremo-nos do Estagirita, que diz: “Em sentido mais restrito, a justiça é de duas espécies: uma se reporta à distribuição das honras, das riquezas e de todas as outras coisas divisíveis entre os cidadãos; a outra, comutativa, regula as aquisições e os contratos. A justiça distributiva está na igualdade das relações. As honras (cargos, empregos) devem ser dadas na razão do mérito: a repartição mal feita gera a injustiça porque quem tem mais é uma ofensa a quem tem menos. A justiça consiste em tornar iguais os desiguais”¹¹.

Aí, seguramente, o defeito maior da humanidade hoje - a falta de justiça, incumbência e dever do Estado; direito do cidadão. O mesmo Aristóteles ensinava que a felicidade não se conquista se não houver um mínimo de bens materiais. A filosofia do utilitarismo também ensina que não há felicidade sem posse de certa quantidade de bens materiais e sem liberdade pessoal.

Isso nos leva a considerar que, embora a felicidade cresça com a riqueza, os que mais

⁹ SROUR, 1998,303

¹⁰ ARISTÓTELES, 1964:24

¹¹ ARISTÓTELES, 1964:83

têm, precisam de muito mais para satisfazer-se do que os que menos têm - afinal, pouco é muito para quem nada tem.

“Mas, pergunta-se: por que será que os agentes individuais iriam renunciar a seu bem-estar próprio em favor do bem-estar social? Respostas: Porque a paz social assegura a paz pessoal, o egoísmo abre as portas para a guerra de todos contra todos e traz em seu bojo a tirania, o que inviabiliza a convivência coletiva e desterra as liberdades democráticas”¹².

E o mesmo Srouf, na mesma esteira de Aristóteles, na sua *Ética*, com discurso moderno, diz que “O máximo de felicidade possível, então, corresponde ao exercício efetivo dos direitos civis e políticos, mas sobretudo significa vigência dos direitos sociais: educação, saúde, moradia, emprego, transporte, lazer, saneamento básico ou, numa fórmula sintética, qualidade de vida para o maior número de cidadãos. Em resumo, só haverá felicidade se houver sistemática remoção dos obstáculos que impedem tanto a liberdade como a igualdade social”¹³.

Finalizando, enfatizamos o dever do Estado na assunção de sua responsabilidade, qual seja, “a de fazer iguais os desiguais”, praticando “a justiça distributiva e comutativa” e não, como ora se vem fazendo, deixando os homens agir pelo manifesto e escancarado princípio do “laissez-faire”.

7 – Bibliografía

1 KANT, Emmanuel. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*.

Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1967.

2 SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1998.

3 *Ibidem*

4 BIGNOTTO, Newton, BORNHEIM, Gerd, CÂNDIDO, Antonio et alii. *Ética* (Org. Adauto Novaes). Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

5 *Ibidem*

6 *Ibidem*

7 *Ibidem*

8 BURNS, Edward Mcnall. *História da Civilização Ocidental*. 2ª edição brasileira. Editora Globo, Rio de Janeiro, 1963.

9 *Ibidem*

10 ARISTÓTELES. *Ética*. 5ª edição. Atená Editora, São Paulo, 1964.

11 *Ibidem*

12 *Ibidem*

13 *Ibidem*

¹² SROUR, 1998:304

¹³ SROUR, 1998:304